

# USOS DO TERRITÓRIO, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E AMEAÇAS DA MINERAÇÃO NO ASSENTAMENTO BELO MONTE, SERTÃO BAIANO<sup>1</sup>

## TERRITORY USES, ENVIRONMENTAL CONSERVATION AND MINING THREATS IN THE BELO MONTE SETTLEMENT, SERTÃO BAIANO

Domingos de Jesus Oliveira<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo procura discutir o processo de conquista e usos do território, dilemas, conflitos e desafios vividos por assentados da reforma agrária com vistas à conservação ambiental no Assentamento Belo Monte, Sertão Baiano. Metodologicamente, compreendeu estudo documental, trabalho de campo e registro em diário. A partir de um diálogo teórico-conceitual interdisciplinar, buscou-se refletir acerca da relação sociedade-natureza no território do assentamento supramencionado, considerando as contradições da sociedade capitalista na contemporaneidade. Argumentaremos que o referido assentamento, a partir da atuação política e comunitária dos assentados, muito embora tenha acumulado um conjunto de conquistas, vêm convivendo com contradições internas, ausências do Estado na gestão de políticas públicas e ameaças a partir da atuação de mineradoras. Contexto que alerta para as possibilidades de degradação do Bioma da Caatinga, conflitos e deslocamentos populacionais no território. Coetaneamente, sinaliza a conservação ambiental como dimensão estratégica de um projeto de Reforma Agrária Popular para o Brasil.

**Palavras-chave:** Reforma agrária popular; Educação Ambiental; Mineradoras; Bioma da Caatinga.

### ABSTRACT

This article seeks to discuss the process of conquest and use of territory, dilemmas, conflicts and challenges experienced by agrarian reform settlers with a view to environmental conservation in the Belo Monte Settlement, Sertão Baiano. Methodologically, it comprised a documental study, field work and journaling. From an interdisciplinary theoretical-conceptual dialogue, we sought to reflect on the society-nature relationship in the territory of the aforementioned settlement, considering the contradictions of contemporary capitalist society. We will argue that the aforementioned settlement, based on the political and community activities of the settlers, despite having accumulated a set of achievements, have been living with internal contradictions, absence of the State in the management of public policies and threats from the activities of mining companies. Context that alerts to the possibilities of degradation of the Caatinga Biome, conflicts and population displacement in the territory. At the same time, it signals environmental conservation as a strategic dimension of a Popular Agrarian Reform project for Brazil.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado como requisito para conclusão do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA 2021. Orientação: Prof. Dr. Willian Simões, Universidade Federal da Fronteira Sul.

<sup>2</sup> Estudante do curso de especialização em agroecossistemas UFSC-PRONERA.

**Key words:** Popular agrarian reform; Environmental education; Mining companies; Caatinga Biome.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo investigativo e reflexivo aqui sintetizado se dá em um cenário em que o Planeta Terra se encontra, no que podemos compreender como sendo, de um lado, uma crise de sustentabilidade e de equilíbrio entre desenvolvimento econômico e social e, do outro, a necessidade de conservação dos elementos naturais essenciais à vida e sua biodiversidade. A Pandemia da Covid-19 pode ser vista como sendo mais uma faceta perversa desta condição de permanente crise sistêmica que, na sociedade do capital, envolve ampliação das desigualdades sociais, da exploração do trabalho e da natureza em escala global.

A percepção e compreensão de que um ambiente conservado contribui para um bem viver instigou a me debruçar outra vez nessa temática. Digo outra vez, porque em minha graduação desenvolvi trabalho na temática ambiental e venho cada vez mais aprofundando conhecimentos nessa área. O sentimento de pertencimento ao território da pesquisa me motiva a desenvolver trabalho científico como registro e me faz buscar sempre conhecimentos novos que fortaleça minha identidade de camponês assentado, assegurando a importância do cuidado que é preciso existir no entrelaçamento sociedade-natureza. Assim, também, estou motivado pela necessidade de defesa de pertença e identidade do/no território em que habito, compreender as formas de introdução do capital em nossos territórios de vida e em nosso ambiente reconhecendo as ameaças à dignidade de vida dos camponeses assentados.

O presente trabalho problematiza as formas de uso do território e as possíveis dificuldades para a conservação ambiental diante de ameaças por parte das mineradoras no Assentamento Belo Monte, sertão baiano. Justifica-se a necessidade de conservação ambiental deste território em razão da existência de elementos naturais do bioma Caatinga que são essenciais para a manutenção da fauna e flora local que dependem de um ambiente conservado para a sua reprodução sem a separação e sim um entrelaçamento na relação sociedade-natureza.

O objetivo foi fazer um estudo situacional das Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), visando identificar e refletir acerca de desafios e dilemas vividos com vistas à conservação da biodiversidade do bioma Caatinga<sup>3</sup> do supramencionado assentamento da reforma agrária, tanto em lotes individuais quanto das áreas. Buscou-se elencar características básicas da biodiversidade do território, realizar a descrição de situações emblemáticas de respeito à conservação e situação emblemática de degradação, fazendo registro escrito e fotográfico dos fenômenos apreendidos. Assim, então, após essas descrições, a partir de um diálogo teórico-conceitual interdisciplinar, buscou-se refletir e interpretar os diários como lugar de registro das paisagens, com a fotografia sendo uma técnica que corroborou para a interpretação dos fenômenos.

O trabalho de campo *in loco* nesse território, buscou identificar a existência ou não de contradições que marcam a presença de práticas de degradação ou de proteção, a importância do cuidado e conservação da natureza vivendo dilemas a partir de tensões, pela potencialização da quebra do entrelaçamento sociedade-natureza a partir da aproximação de grandes empreendimentos capitalistas representados pelas mineradoras que já estão atuando na região. O recorte socioespacial da pesquisa é o Assentamento Belo Monte, localizado no município de Cansanção, sertão baiano.

Cabe salientar que o presente estudo se ancora em uma perspectiva de abordagem qualitativa. Conforme Minayo (2007), a pesquisa qualitativa responde a questões muito

---

<sup>3</sup> BIOMA são regiões naturais com características distintas. A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro próprio das regiões de clima semiáridas nordestinas.

particulares. Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar no que faz e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Metodologicamente, foi utilizada na pesquisa de campo o uso diário de campo para registros das observações. Com base nos estudos de Oliveira (2014, p. 72), ao buscar vizinhanças e aproximações com o uso do diário de campo por alguns/mas pesquisadores/as, encontramos discussões que foram relevantes para entendermos as possibilidades que se estabeleceram/estabelecem entre o diário como lugar de registros das observações e as pesquisas de abordagem qualitativa.

No trabalho de campo foi realizada descrição da paisagem das APP, de rios em áreas coletivas e em parcelas individuais, além da RL. Realizou-se registros fotográficos. Conforme Geertz *apud* Oliveira (2014), a descrição deve diferenciar as expressões, espaços, tempos, saberes e regras de um grupo social, interpretando melhor os significados culturais. Assim, vai-se entendendo a importância de utilizar o diário de campo como instrumento de/nas descrições/anotações da investigação/pesquisa. No âmbito do diário de campo, o registro fotográfico foi uma das técnicas mais utilizadas, sem contato físico nem diálogo com sujeitos do território, seguida da análise qualitativa com interpretação das descrições. Do ponto de vista conceitual, conforme Monteiro *apud* Rios, Costa e Mendes, (2016, p.101):

[...] a fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em segundo lugar, ela é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma etc. Em terceiro lugar, transforma o tridimensional em bidimensional, reduz a gama das cores e simula a profundidade do campo de visão.

A partir desta perspectiva, apreendemos duas situações emblemáticas de conservação, buscando observar fatores que contribuíram para esse cuidado. E duas situações emblemáticas que consideramos ser de degradação, visando identificar e refletir acerca de fatores que podem ser entendidos como determinantes acerca do impacto ambiental dessas áreas.

Para além da abordagem e da técnica utilizada para apreensão da realidade, nos adentramos na leitura de documentos como o Estatuto Social da associação e livro de atas. Encontramos registros de discussões sobre a temática ambiental, frequente em assembleias e asseguradas legalmente no estatuto. Muitos registros apontam as formas de trabalhar alinhado com a relação de cuidado das áreas de APP individual e coletiva bem como na RL, destacando: a proibição de caça predatória, retirada de filhotes de papagaios para venda e desmatamento da zona ripária de rios e riachos tanto em lotes individuais quanto às áreas coletivas.

Cabe salientar que, o assentamento Belo Monte foi contemplado no programa Federal de conservação ambiental “Bolsa Verde”, fator externo que consideramos relevante, pelo seu potencial motivador acerca do cuidado com os bens naturais na área do assentamento, uma vez que houve oferta de educação ambiental junto aos assentados. Vale ressaltar que, embora o assentamento acumule conquistas concretizadas em projetos, ainda não foi contemplado com o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) por não ter concluído a etapa de topografia e licenciamento ambiental por parte do órgão competente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ambas ações foram iniciadas, porém não concluídas, o que é requisito para acessar o crédito e dar melhor condição de sustento das famílias assentadas.

É importante frisar que a realização desse trabalho se baseia no que trata o atual código florestal Brasileiro. O atual código florestal brasileiro delibera que as APP são subordinadas às características geomorfológicas e pluviiais das regiões nas quais o assentamento está implantado e não a sua área total, como acontece com a RL. Assim o trabalho foi desenvolvido seguindo o que é determinado como requisito legal das características de uma APP (quinze hectares, vinte e sete ares e trinta centiares) 15,2730 ha, do assentamento, além da área coletiva de (duzentas e cinquenta e cinco hectares, setenta e seis ares e oitenta e três centiares) 255,7683 há.

Segundo a atual lei 12.651\2012 a APP é conceituada como sendo uma área protegida coberta ou não por vegetação nativa com a função de assegurar a proteção do solo assegurando e a biodiversidade de fauna e flora, garantindo o bem-estar das populações. Já RL, também tem a função de auxiliar a conservação e reabilitação dos processos ecológicos e a biodiversidade da fauna e flora nativa de cada bioma, no caso do bioma Caatinga , 20% da área total, ou seja, (duzentas e oitenta e oito hectares, dezesseis ares e trinta e uma centiares) 288,1631 ha, sendo proibida o uso do solo e exploração comercial caso não seja autorizada pelo órgão ambiental, pois a legislação ambiental brasileira delibera sobre a conservação de parte da vegetação das propriedades rurais.

Na realização dos diários de campo que subsidiou análises e reflexões acerca de cinco situações emblemáticas, torna-se importante ressaltar que o registro se deu num contexto em que no assentamento Belo Monte a estação do ano era de inverno, com situações adversas: houveram dias de sol e dias de chuva, porém no geral a paisagem da Caatinga estava bem verde e folheada. Foi possível observar, por exemplo, o solo de massapé, também conhecido como barro vermelho, com partes pedregosas e muita lama. Vejamos no quadro a seguir uma breve caracterização das situações emblemáticas observadas

**Quadro 01.** Situações emblemáticas observadas no trabalho de campo

<b>SITUAÇÕES</b>	<b>BREVE CARACTERIZAÇÃO</b>
Situação 1: Situação emblemática de degradação.	Data do trabalho de campo: 10/07/2020. Parcela individual com desmatamento de APP. Estação de inverno. Caatinga brotando. O agricultor estabelece uma relação não harmônica.
Situação 2: Situação emblemática de proteção.	Data do trabalho de campo: 10/07/2020. Parcela individual, onde o agricultor tem uma relação que prima pela proteção da APP, que se encontra bem cuidada, o que contribui para manutenção da biodiversidade do bioma Caatinga do Assentamento.
Situação 3: Situação emblemática de proteção coletiva de APP dos rios temporários Caraíba e Cariacá, bem como a RL.	Data do trabalho de campo: 18/07/2020. Nestas áreas coletivas, as margens dos rios encontram-se protegidas de acordo com a legislação e tem uma função importante para a reprodução de animais silvestres. Na área de RL existem ameaças de exploração por parte das mineradoras.
Situação 4: Situação emblemática de proteção.	Data do trabalho de campo: 06/08/2020. Parcela individual com APP bem cuidada. Presença de riachos que desaguam no rio Caraíbas que, em épocas de chuvas, são responsáveis por encher o rio mesmo que não venham águas de suas nascentes.
Situação 5: Situação emblemática de degradação.	Data do trabalho de campo: 07/08/2020. Parcela individual, onde o agricultor estabelece uma relação não harmônica com natureza. Observa-se APP desmatada, marcado pela quebra o entrelaçamento da biodiversidade do Bioma Caatinga no assentamento.

Após estas breves ponderações de ordem metodológica, o trabalho segue tratando sobre o território da pesquisa, seu contexto e problemáticas, bem como a inspiração do assentamento Belo Monte no movimento da guerra de Canudos e as formas de uso do território. As relações sociedade-natureza no território da pesquisa, observações, reflexões e problemáticas. A relação sociedade-natureza na sociedade do capital e ameaças aos territórios de reforma agrária no sertão baiano. Conservação ambiental no território do Assentamento e as contribuições da educação ambiental à resistência, tendo a conservação ambiental como dimensão de um projeto de reforma agrária popular.

## 2. O TERRITÓRIO DA PESQUISA: CONTEXTO E PROBLEMÁTICAS

O presente capítulo tratará do objetivo do trabalho realizado e seu recorte socioespacial, buscando contextualizar e problematizar os usos do território e a questão ambiental no bioma da Caatinga para a preservação da fauna e flora. Buscaremos refletir acerca das lutas e dificuldades traçadas na conquista do território do Assentamento Belo Monte, localizado no município de Cansanção-BA. Buscou-se retomar aspectos contextuais marcantes da luta pela terra, fazendo uma análise na linha do tempo das conquistas alcançadas e destacando alguns elementos socioeconômico das famílias assentadas.

O perfil socioeconômico das famílias compreende o reconhecimento de um público de adultos em sua totalidade com idade acima de 30 anos e perpassa por uma renda relativamente ligada a aposentadorias por idade, necessidades especiais e por tempo de serviços. O Bolsa Família também é outra fonte de contribuição para a renda das famílias. A geração de renda ainda advém do trabalho de assentados no poder público e complementados com o trabalho diário desenvolvido nas parcelas ou lotes como: criação de caprinos, ovinos, bovinos, suínos, avicultura, e trabalho com o sisal além de culturas de subsistência de acordo com o território e a distribuição das chuvas anualmente.

Buscamos dispor de algumas descrições acerca de paisagens naturais de nosso território em pesquisa, salientando espécies da fauna e flora do bioma Caatinga, bem como do processo e dos passos importantes que marcaram a desapropriação da terra para fins de reforma agrária, os desafios encontrados, enfrentados e vencidos ao longo desse processo.

### 2.1 O PONTO DE PARTIDA

O ponto de partida foi buscar identificar potenciais de regeneração nas APP e RL e as possibilidades de manejo florestal sustentável, a partir de uma observação situacional *in loco* dessas áreas e uma melhor identificação das paisagens e espécies nativas da fauna e flora da Caatinga. Percebe-se que o número e grupo de espécies estão caindo, pois muito embora ainda não extinta, evidencia-se um declínio.

Objetiva-se, também, *a posteriori*, potencializar o debate<sup>4</sup> acerca do tema junto à comunidade de assentados, porém o objetivo do trabalho não foi identificar grupos e espécies, apenas citar a existência no bioma caatinga. Nos documentos consultados neste percurso investigativo, evidenciamos que no Projeto de Assentamento Belo Monte (PA Belo Monte) não constam estratégias por parte do Estado para enfrentar a complexidade da questão ambiental e de conservação dos ecossistemas, mas consideramos importante a promoção de ações de

---

<sup>4</sup> O intuito deste trabalho é fazer o registro dos problemas desse território, dando o retorno aos assentados dessa escrita sobre esse lugar e a contribuição do presente trabalho para o assentamento.

avaliação e monitoramento nessas áreas, pois estão abertas e desprotegidas de acordo com o que a legislação ambiental orienta.

Algumas questões problematizadoras se fizeram presentes e nos mobilizam a reflexão neste trabalho: como os assentados da comunidade Belo Monte tem se relacionado com as APP e de RL? A não existência de ações do Estado que possam assegurar a conservação da biodiversidade nativa da fauna e flora do bioma Caatinga tem levado a não conservação dos ecossistemas locais no Assentamento Belo Monte, sertão da Bahia? Qual o papel do Estado na gestão de políticas públicas ambientais que visem atender demandas de proteção das APP e RL situadas em áreas de Reforma Agrária? Na ausência do Estado, quais estratégias podem ser desenvolvidas para que as áreas de APP e RL sejam conservadas? Compreendemos que estudos e reflexões perpassadas por estas questões problematizadoras podem contribuir para a constituição de um projeto de Reforma Agrária Popular.

## 2.2 INSPIRADA NO MOVIMENTO DE CANUDOS, A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO BELO MONTE E OS USOS DO TERRITÓRIO

Neste trabalho, compreendemos o território como sendo “produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social” (SAQUET, 2013, p. 127), espaço estratégico para a re-existência camponesa. A disputa por terra, desta forma, pelo direito a ter acesso a um pedaço de terra e sua natureza faz parte da luta pela vida. Enquanto apropriação social do ambiente, os seres humanos estabelecem relações uns com os outros e com a natureza, produzem objetos e ações, disputam entendimentos e, enquanto “movimento historicamente determinado”, se territorializam. Ou seja, promovem “relações diárias” momentâneas ou mais duradouras “para sobreviverem biológica e socialmente” (*Ibidem*, 2013, p. 129). Como bem salientam Fernandes e Molina (2005, p. 61):

[...] os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra. E nestes grupos há forte centralidade da família na organização não só das relações produtivas, mas da cultura, do modo de vida. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental.

O território, desta forma, não se restringe a um espaço de gestão do Estado, mas de vida e esperança. Espaço multidimensional (natureza-economia-política-cultura), multiescalar (relação local-global), diverso, complexo, contraditório, material e imaterial ao mesmo tempo. Marcado por múltiplas relações de poder, não só o poder político e/ou econômico, mas também cultural e de disputa pela natureza essencial à vida. Território de vida que não se constitui território-mercadoria e, assim, um trunfo frente a todos os agentes que trabalham para concentrar a renda, mercantilizar a natureza e financeirizar as relações comunitárias.

A inspiração que regou as lutas pela terra, a conquista e constituição do território do Assentamento Belo Monte foi o Movimento de Canudos. O Sertão de Canudos, situado no Norte da Bahia, foi cenário de uma das guerras populares mais emblemáticas da jovem república do Brasil: a Guerra de Canudos ou também conhecida como Revolução de Canudos (1896-1897). Liderada por Antônio Conselheiro no arraial de Belo Monte, o episódio foi marcado por combates em que um povo, que buscava escapar da extrema miséria vivida na região em meio a uma estrutura latifundiária, acabou sendo massacrado. De acordo com Macedo (2011, p. 171):

[...] Belo Monte ocupa espaço essencial na História do Brasil. Merece destaque em virtude da originalidade e da autonomia das formas de organização política desenvolvidas por uma comunidade rústica do interior.

Belo Monte congregou em torno de si as características dos importantes movimentos sociais contemporâneos.

Segundo o autor, a guerra empreendida foi um dos episódios mais violentos ocorridos em nossa história republicana. Ela desmonta cabalmente a falsa imagem das relações cordiais e fraternas mantidas entre os donos do poder e as camadas populares subalternas, no passado e no presente. Para ele, essa resistência revela com excepcional clareza a criatividade, a tenacidade e o espírito de luta dos oprimidos, em defesa de suas necessidades, de seus ideais e de seus sonhos.

Inspirado no Movimento de Canudos, a conquista do assentamento Belo Monte, município de Cansanção-BA, assemelha-se por ser resultado da luta por terra e território em meio a uma estrutura agrária marcada pela concentração de terras no Sertão baiano. Resulta da ocupação da fazenda Caraíba, onde trabalhadores sofreram várias formas de ameaças por pistoleiros com armas na mira de suas cabeças e fortes pressões psicológicas, chegando a ter que recuar para preservar suas vidas. Assemelha-se com a história de Canudos, também, pela resistência e conquista, embora de outra fazenda: a Água Salgada e não a Caraíba inicialmente almejada, mas dessa resistência surge o assentamento Belo Monte, território central deste trabalho.

O assentamento Belo Monte surge com a ocupação da fazenda Água Salgada, que tinha como proprietário o Sr. Moacir Bacelar. Isso aconteceu em meados de agosto de 2003, com a participação de aproximadamente 80 famílias. Estas famílias vieram do despejo vizinho ocorrido na Fazenda Caraíba, que não obteve sucesso por parte dos trabalhadores, pois o proprietário dividiu a área em várias partes e, dessa forma, o tamanho reduzido inviabilizou o enquadramento para fins de Reforma Agrária.

Após muitas desistências na época de acampamento, o grupo reduziu e foi desapropriada para fins de reforma agrária a fazenda Água Salgada, que contemplou cerca de 22 famílias, número considerado compatível à capacidade total da área, mil cento e setenta e oito hectares noventa e cinco ares e oitenta centiares 1.178,9580, imagem de localização do assentamento no município (Figura 01).

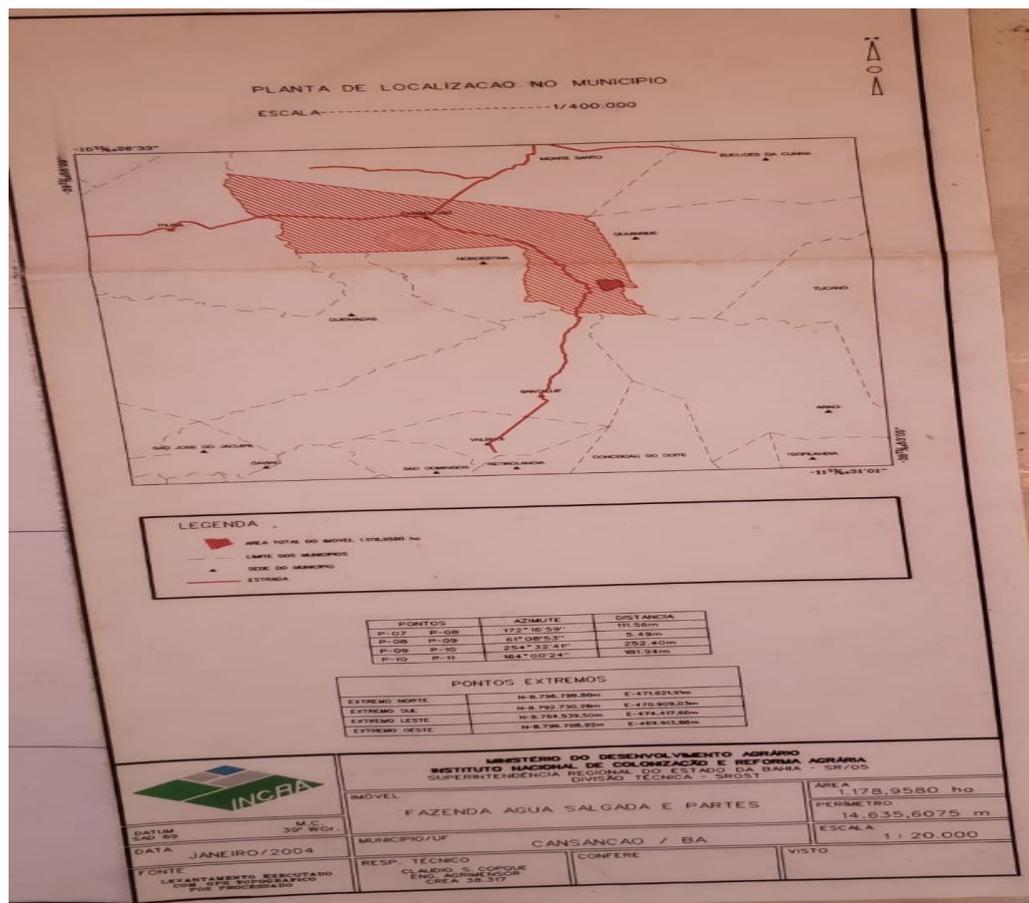


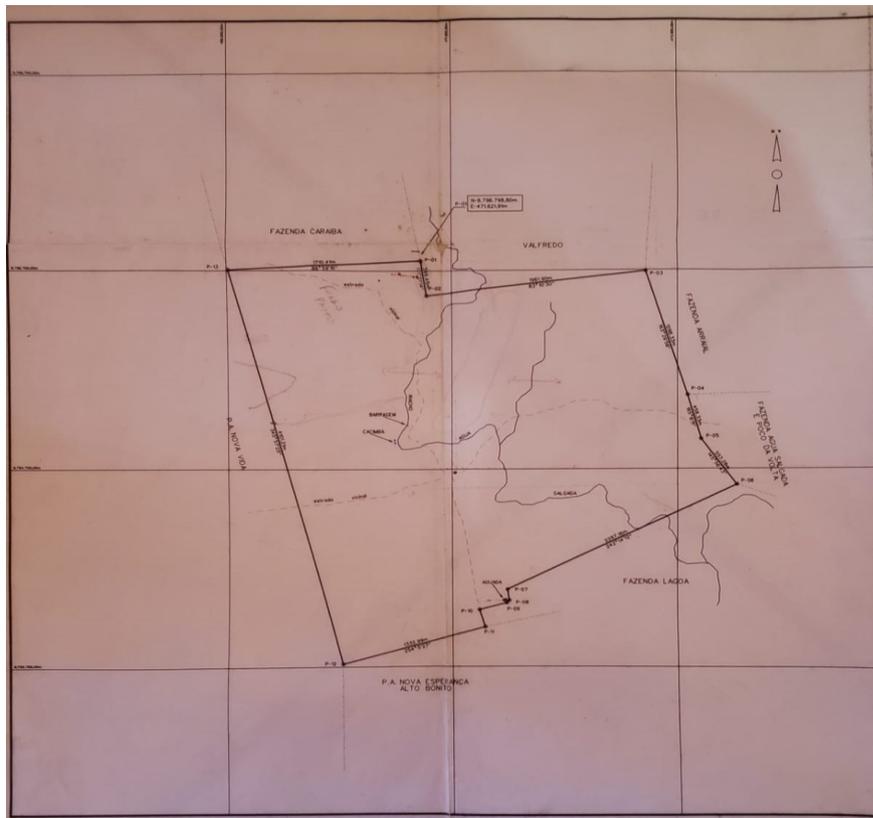
Figura 01: planta de localização do PA no município  
Fonte: INCRA, 2004

Inspirado no Movimento de Canudos, o Padre da paróquia de Cansanção, Nelson Nicolau, sugeriu o nome Belo Monte a esta terra conquistada, o qual foi aprovado pela comunidade. Este nome é sinônimo de luta e resistência de um povo que busca a melhoria de vida a partir da conquista da terra, conforme também idealizado por Antônio Conselheiro. Um fato marcante para a desapropriação da antiga Fazenda Água Salgada para fins de reforma agrária, está uma roça coletiva de feijão e milho, o que confrontou um primeiro laudo técnico realizado pelo INCRA, alegando não haver condições de desenvolvimento e sobrevivência para os assentados, pois se tratava de um terreno com algumas partes pedregosas e, por isso, segundo o INCRA, inviável para a prática agrícola e sobrevivência dos camponeses.

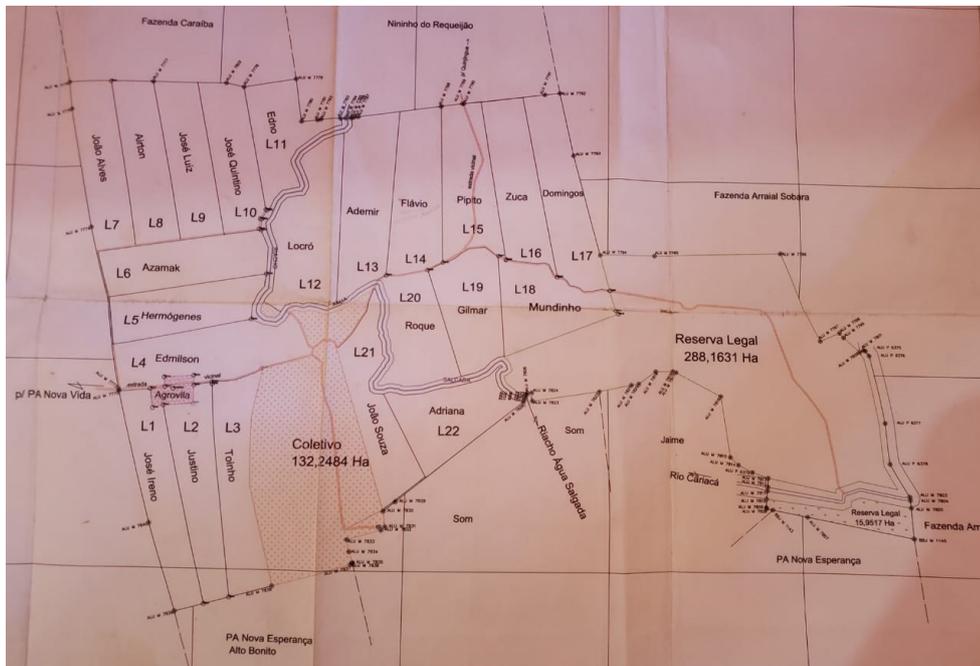
Atualmente, o assentamento é composto por pessoas de vários municípios da Bahia, como: Cansanção, Nordestina, Santaluz, Salvador, Quijingue, Araci e Retirolândia. Os senhores, Airton Candido dos Santos, Roque Batista de Sousa, Justino Francisco de Oliveira e Hermógenes de Jesus, são personagens emblemáticos considerados heróis de luta e resistência por se encontrarem na área desde o princípio da ocupação. A ocupação da fazenda não se difere do contexto nacional da luta pela terra. Assim, também, o estado da Bahia é marcado por conflitos agrários, a prática de pistolagem por parte dos fazendeiros e grileiros de terras.

A fazenda Água Salgada, hoje assentamento Belo Monte, dividia-se em partes, a primeira avaliação e vistoria para desapropriação foi feita com apenas uma parte, assim que percebido foi reivindicado tanto pelo Movimento CETA (Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas do estado da Bahia) quanto pelo proprietário que concordou com o interesse em desapropriar a fazenda e todas as suas partes. Em 2004, após perceber esse detalhe, solicitou-se nova vistoria da fazenda para fins de Reforma Agrária. Vejamos uma projeção do perímetro do referido assentamento, sem partes (Figura 02)

e projeção da desapropriação da fazenda água salgada e partes já com parcelas ou lotes individuais (Figura 03).



**Figura 02:** Perímetro do PA Belo Monte  
**Fonte:** INCRA, 2004



**Figura 03:** Perímetro do PA Belo Monte, correspondente a 1.178,9580 ha (hectares)  
**Fonte:** STOP serviços topográficos

Dentre os desafios, chega um dos momentos mais esperados “a conquista da terra através da emissão de posse”, que acontece no dia 27 de julho do ano de 2005 e depois registrada pela portaria/INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nº 038/2005 de 02 de agosto de 2005, em seguida regulamentada pelo decreto em 05 de agosto de 2005. Depois disso nasce a associação local intitulada de Associação dos Trabalhadores (as) Rurais do Projeto de Assentamento Belo Monte, fundada em 29 de dezembro de 2005, instituição sem fins lucrativos. A associação surgiu como uma necessidade das famílias e como um instrumento de trabalho voltado para a mobilização, organização e realização de eventos da comunidade.

Cabe salientar que a escassez de água para o consumo humano foi uma das maiores dificuldades para os moradores acampados, pois eram obrigados a buscar água de bicicleta a 16 Km, no rio Itapicuru, desafio este superado, pois cada assentado recebeu uma cisterna individual de 16.000 litros do crédito semiárido, e uma coletiva de 50.000 (cinquenta mil litros), a qual o exército abastece com caminhões por meio do Programa Operação pipa durante todo o ano, esse programa continua abastecendo as famílias assentadas até a presente data.

A associação dos trabalhadores do projeto de assentamento Belo Monte representa legalmente o assentamento, buscando melhorias através de projetos agrícolas, sociais, entre outras atividades, tendo como base o estatuto perante as leis vigentes do país. Após o surgimento da associação, muitas coisas já foram conquistadas.

Fazendo uma análise na linha do tempo, pode-se dizer que surgiu o primeiro crédito de apoio às famílias pré-assentadas por meio do projeto CÁRITAS<sup>5</sup> BRASILEIRA NE3. O assentamento foi contemplado e, com uso dos recursos, implantou dois projetos produtivos e coletivos para as famílias acampadas e pré-assentadas da reforma agrária por meio PSAN (Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional). A CÁRITAS tem considerado esses acontecimentos como bons frutos de lutas traçadas em conjunto com os trabalhadores/as na busca de melhores condições de vida no campo, projeto este que o assentamento mantém até hoje o rebanho coletivo de caprinos e ovinos.

Em seguida foram desenvolvidos projetos financiados pelo Governo Federal através do INCRA, tais como: Crédito Apoio fomento; Habitação; Semiárido (Construção de cisternas), segundo Fomento; Projeto de Cozinha pela CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional), energia elétrica. Créditos estes implantados, executados e concluídos entre os anos 2006 e 2010, (estas informações são de registros de livros de ATAS do próprio assentamento).

A partir de 2010, as conquistas coletivas foram: dois projetos de caprinos acompanhados de resfriador de leite; cisterna coletiva de 50,000 (cinquenta mil litros de água); dois projetos de água encanada; telefone público orelhão; forrageiras; cisternas de produção; barreiros; horas de máquinas para limpeza de barragem; um barreiro coletivo e um trator completo com equipamentos agrícola.

Em 2020, os assentados passaram a ter, como expectativa, o início da construção de uma agroindústria de beneficiamento de frutas, no caso do assentamento Belo Monte o umbu fruto da Caatinga muito presente em grande quantidade que tem um potencial de comercialização. Cabe salientar que a renda local está relativamente ligada às atividades agrícolas de autoconsumo das famílias, com suas culturas anuais e de sequeiro como feijão, milho, melancia, abóbora, além do sisal, considerado um potencial regional que tem se expandido entre os assentados, atividades relacionadas à criação de animais de pequeno porte como caprinos, ovinos, aves, bovinos e suínos.

---

<sup>5</sup> O PSAN- CÁRITAS, teve o objetivo de auxiliar as famílias assentadas a iniciar sua produção coletiva implantando a criação de avicultura, suinocultura e caprinocultura que consistia em produção para a alimentação das famílias com segurança alimentar.

O assentamento está localizado no bioma Caatinga, a 45 quilômetros da sede da cidade de Cansanção/BA. O Projeto de Assentamento (PA) ainda permanece em parte conservado e sem exploração exagerada de fauna e flora, visto que há uma área total de 1.178,9580 ha (hectares) com diversidade de plantas nativas que alimenta a criação de pequeno porte, com destaque à caprinocultura e ovinocultura que são adaptáveis facilmente a esta região.



**Figura 04:** Imagem de Satélite da Agrovila P A Belo Monte

**Fonte:** googleearth

A figura acima representa a localização da agrovila do assentamento por imagem de satélite, buscando expressar um ambiente de vegetação nativa conservado em seu entorno. A área da agrovila corresponde a (dezoito hectares, vinte e sete ares e cinquenta e duas centiares) 18,2752 ha. Os assentados/as ainda não produzem suficientemente para atender as demandas de mercado, nem valor econômico de exportação, até então não é o objetivo e interesse exportar e sim comercializar localmente entre as famílias assentadas e feiras-livres, assim como para o autoconsumo da família.

O assentamento não trabalha com produção agroecológica, embora faça a defesa dos aspectos e princípios agroecológicos que busca mitigar os processos de relação de um bem viver. Assim, contribui evitando o desmatamento do bioma, bem como para a permanência e reprodução da fauna, trabalhando de acordo com a necessidade das famílias e respeitando a manutenção das APP.

Dentre os elementos naturais que constituem o bioma Caatinga, no PA Belo Monte, estão dois rios temporários<sup>6</sup> e riachos que precisam de conservação de suas matas ciliares, assim como as APP e RL. O rio Caraíbas tem sua nascente no município de Cansanção-Ba, oriundo de uma represa, este que se torna um braço que percorre o assentamento e deságua no rio Cariacá. Já o rio Cariacá tem sua nascente no Município de Monte Santo, banha o município de Cansanção, recebe as águas do rio Caraíbas e deságua no rio Itapicuru (Figura 05).

---

<sup>6</sup> Rio temporários ou intermitentes são rios que correm apenas durante o período das chuvas, anualmente durante as trovoadas.



**Figura 05:** Rio temporário Caraíba, com matas ciliares conservadas.

**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

A Caatinga está presente no território com sua diversidade de flora nativa, em destaque está o umbuzeiro, a amburana, aroeira, pau de rato, caraíba, mulungu, angico, mandacaru, jurema, caneleiro, serroteiro, gravatá, macambira, incó, alecrim, juazeiro (Figura 06).



**Figura 06:** Caatinga do Assentamento Belo Monte, Cansanção-BA

**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Também existem e merecem cuidados de conservação espécies silvestres como: veado, tatu verdadeiro, peba, caititu, tamanduá, teiú, cágado, seriemas, papagaios e uma diversidade de pássaros que dependem da flora para reprodução. São cuidados que os assentados/as procuram estar atentos/as e que são assegurados pelas leis que regem o estatuto da associação. Além disso, existe o grupo de mulheres no assentamento como forma de organização dos debates coletivos sobre as questões de gênero.

Desta forma, a presente pesquisa tem como problemática a necessidade de conservação ambiental destas áreas da Caatinga que constituem parte do território do assentamento em questão. Evidencia-se que o Estado não vem se mobilizando para a oferta de políticas públicas de conservação ambiental, se limitando a fiscalizar e cobrar do assentamento a preservação.

O trabalho de campo nos permitiu evidenciar que tem ficado cada vez mais insustentável entre os próprios assentados ser fiscalizado sem apoio dos órgãos competentes, pois persistem práticas que podem ser consideradas degradantes como o desmatamento e queimadas de APP, que causam empobrecimento e erosão do solo que, conseqüentemente contribui para migração ou extinção de toda biodiversidade que tem função importante no ecossistema da Caatinga. Assim, também, evidenciamos a ameaça de exploração por parte de mineradoras na RL, com a liberação de produtos químicos no ambiente, crime e injustiças sociais que acabam colocando em risco o projeto de reforma agrária idealizado.

### 3. A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NO TERRITÓRIO DO ASSENTAMENTO BELO MONTE-BA: REFLEXÕES E PROBLEMATIZAÇÕES

Pode-se dizer que a questão ambiental tem sido uma preocupação constante nos dias atuais, pois os problemas de poluição, degradação ambiental e pobreza permeiam as relações sociais em diferentes escalas (local-regional-nacional-global) (MALHEIRO, 2020). A preocupação simultânea envolvendo o ambiente, o trabalho e a educação, por exemplo, vêm sendo uma decorrência da complexidade dessa questão. Desse modo, podemos compreender que uma relação sustentável entre sociedade e natureza precisa ser estabelecida e/ou restabelecida, um desafio emergente embora ocorra de forma lenta e gradual.

Compreendemos ser relevante a necessidade de se (re)pensar sistematicamente o relacionamento entre seres humanos e o ambiente. Nesse sentido, podemos compreender que as relações de trabalho estabelecidas nesta relação sociedade-natureza torna-se um fator decisivo na atualidade. Pois como bem assinala Guzmán (*apud* CAPORAL, 2007, p. 105):

[...] diferentes formas de exploração aparecem como articulação de distintos processos de trabalho e que cada um destes processos mantém relações específicas de apropriação da natureza, ou relações ecológicas (...). Portanto, em cada processo de trabalho, os homens estabelecem uma relação específica com o meio ambiente, que pode ser depredadora ou restauradora do equilíbrio ecológico (...), e isto depende, em boa medida, do caráter das relações de produção.

De acordo com a afirmação desses autores, podemos afirmar que as relações e formas de produção sempre estiveram inevitavelmente ligadas especificamente com o ambiente natural. O trabalho de campo realizado junto a APP e RL em áreas coletivas do Assentamento Belo Monte possibilitou observar que há contradições com maior frequência entre essas relações de trabalho estabelecidas em parcelas individuais. Assentados, desprotegidos por políticas públicas que possibilitem/potencializem outras formas de sobrevivência econômica, encontram nos espaços naturais alternativas para a manutenção da família utilizando da prática de desmatamento e queimadas que acabam contribuindo para impactar as áreas de APP nas parcelas individuais.

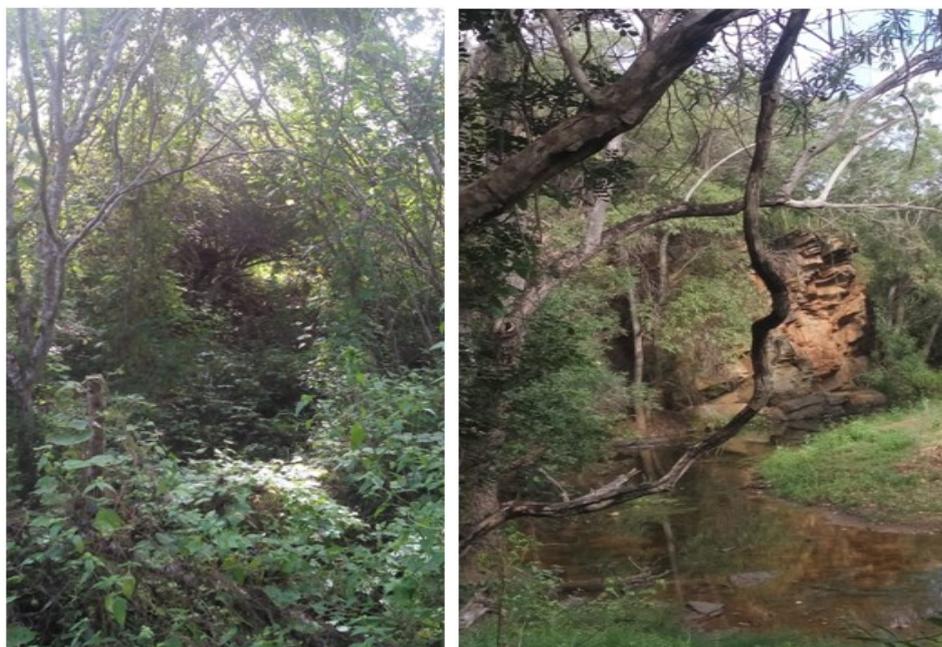
Segundo o atual código florestal brasileiro, as áreas das APP são subordinadas às características geomorfológicas e pluviiais das regiões nas quais o assentamento está implantado e não a sua área total, como acontece com a RL. A legislação ambiental brasileira garante a preservação de parte da vegetação das propriedades rurais, sendo que a área de Reserva Legal varia de acordo com o bioma onde cada propriedade está inserida, sendo: 80% da propriedade rural localizada na Amazônia Legal; 35% da propriedade inserida no bioma Cerrado, nos Estados que compõem a Amazônia Legal; e 20% nas demais regiões do país (BRASIL, 2011).

Os dados primários coletados para este trabalho nos permitiram evidenciar que a RL do assentamento corresponde à determinação legal. No que diz respeito às APP, pode-se dizer que essas áreas são de suma importância no assentamento para a conservação de cursos d'água, tanto dentro dos rios, quanto nas áreas individuais com riachos, que durante o período das chuvas são responsáveis também por desaguar dentro dos rios. Assim, também, as cacimbas dentro do rio, responsável pela criação dos animais durante o período de seca.

A região do sertão semiárido, de modo geral, sofre com problemas de intensos períodos sem chuvas ao longo do ano e a falta de alimentação e água para os animais acaba se tornando um problema constante nesse período. Há rios que correm no assentamento, embora temporários, torna-se possível, em determinados pontos do seu percurso, cavar cacimbas e encontrar minas de água que brotam sem interromper durante todo o ano, e assim disponibilizá-la para o consumo animal, sem sofrer pela falta de água durante a seca.

Na observação dessas áreas a partir da realização do trabalho de campo foi notável uma situação emblemática de conservação nessa relação sociedade-natureza, que possibilita

continuidade e manutenção da fauna e flora local. A figura 07 abaixo, representa bem esse cuidado, assim como a figura 05 acima.



**Figura 07:** Situação emblemática de proteção APP

**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Nesse sentido, compreendemos que é preciso um convívio sociedade-natureza respeitoso, um relativo equilíbrio na conservação da diversidade biológica do bioma Caatinga, reconhecendo que o ser humano é parte integrante da natureza, sendo fundamental para a visão de totalidade contida na teia da complexidade ambiental. Segundo Maturana (1997, *apud* CAPORAL, 2007):

(...) há um entrelaçamento permanente e contínuo entre o biológico, o social e o cultural ao dizer que os seres vivos e o mundo não podem ser vistos em separado, mas em constantes interações, isto é, (...) os indivíduos em suas interações constituem o social, mas o social é o meio em que esses indivíduos se realizam como indivíduos, (...) não há contradição entre o individual e o social, porque são mutuamente gerativos (p. 43).

A partir desse pressuposto, podemos compreender que as relações individuais podem formar coletividade de ideias, que se encontram e confrontam em busca de formas de convívio saudáveis com a natureza no território. As contradições observadas ao longo de nosso trabalho de campo não causam impactos considerados negativos no todo do território, mas podem estar ocorrendo em outras unidades individuais no interior do assentamento. A continuidade dessas contradições poderá futuramente impactar na conservação do assentamento em geral e, sem contribuição efetiva do Estado na oferta de políticas públicas, pode colocar em risco o ideal de assentamento sustentável defendido desde sua origem.

As imagens seguintes mostram as contradições não harmônicas nessa relação sociedade-natureza, que denominamos de situação emblemática de degradação (Figura 08)



**Figura 08:** Situação emblemática de degradação APP  
**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Apontamos a necessidade de potencializar a compreensão acerca do entrelaçamento que é preciso existir entre sociedade e natureza, reiteramos que:

[...] sistemas vivos incluem mais que organismos individuais e suas partes. Eles incluem sistemas sociais- família ou comunidade- e também ecossistemas. Muitos organismos estão não apenas inscritos em ecossistemas, mas são eles mesmos ecossistemas complexos, contendo organismos menores que têm considerável autonomia e estão integrados harmoniosamente no todo. Todos esses organismos vivos são totalidades cuja estrutura específica surge das interações e interdependências de suas partes (CAPRA *apud* GRUN 2012, p. 68).

Assim, ao apontarmos para a necessidade de compreensão do entrelaçamento contínuo na relação sociedade natureza entre organismos vivos integrados harmoniosamente no todo das interações interdependentes e suas partes, no território do assentamento Belo Monte, ainda que embora haja contradições em algumas práticas, torna-se visível uma relação que incorpora a concepção na relação de trabalho que não seja depredadora de apenas parasitar os bens comuns naturais por parte dos assentados, ou seja, não é uma prática hegemônica reduzir a natureza a um simples objeto a ser explorado.

No entanto, embora no sistema capitalista haja diversas facetas e, muito embora as formas de exploração capitalista com base no agronegócio não estejam presentes no interior do território do assentamento, uma outra lógica de exploração capitalista por parte das mineradoras que já desenvolvem pesquisas para sondagem e conseqüentemente exploração do minério de ouro na RL do assentamento assustam e ameaçam os camponeses. Há indícios que apontam para uma quebra do entrelaçamento de todos os organismos vivos de um ecossistema e a vida humana – conforme argumentamos na continuidade deste trabalho.

### 3.1 A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NA SOCIEDADE DO CAPITAL E AMEAÇAS AOS TERRITÓRIOS DE REFORMA AGRÁRIA NO SERTÃO BAIANO

O sistema capitalista sempre se apropriou dos elementos da natureza para sua sustentação puramente econômica e, para isso, a natureza é vista como recurso-objeto de exploração, ou seja, a natureza é objetificada para assim dominá-la. No sistema capitalista é hegemônico o desequilíbrio sociedade-natureza, porque a exploração com vistas ao lucro está acima de tudo. Conforme Hacon e Quitana (2011, p. 432-434):

[...] a busca ilimitada pelo abastecimento constante dos recursos naturais e a amplitude cada vez maior das relações de produção capitalistas por todo o globo impõem um ritmo frenético de produção e consumo, incompatível com o ritmo da natureza. As depredações e as poluições decorrentes deste padrão atingem uma escala de efeito sobre o meio ambiente superior a qualquer modo de produção anterior. Entretanto, vale a pena ressaltar que a degradação e a poluição não constituem uma novidade do capitalismo, mas têm sido comuns na história da humanidade.

A falácia de que a revolução verde seria a solução para a humanidade produzindo alimento para o mundo, por exemplo, só acelerou as desigualdades sociais e aumentou a concentração de renda dos países mais ricos. Na contramão de uma sociedade economicamente justa e sustentável, os países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento continuaram produzindo pobreza na dependência dos países desenvolvidos em que se faz presente a destruição dos bens comuns. É evidente que o capital é volátil, ele se instala, parasita os recursos de seu interesse e migra para outro lugar deixando as mazelas produzidas para a sociedade. Salientam Kozioski e Ciocca (2000, p. 738) que:

[...] após a segunda grande guerra, a agricultura mundial sofreu profundas transformações, que foram caracterizadas pela intensificação, especialização, padronização e internacionalização dos produtos e do processo produtivo, e que constituíram a base da chamada Revolução Verde. A Revolução Verde foi baseada no paradigma tecnológico fundamentado pela modificação das condições naturais para favorecer o potencial genético de plantas e animais (FAO, 1995a). O desenvolvimento da agricultura durante a Revolução Verde foi desigual nas diferentes regiões do mundo, favorecendo o aumento da concentração da renda e da produção de alimentos nos países desenvolvidos e um aumento da pobreza e da dependência por alimentos nos países subdesenvolvidos (BRUM, 1988). Além disso, os sistemas intensivos de produção agrícola têm causado sérios danos ambientais caracterizados, por um lado, pelo rápido esgotamento de recursos naturais e, por outro, pela poluição e/ou contaminação devido à excessiva liberação de componentes residuais no meio ambiente (KOZIOSKI E CIOCCA, p. 738).

No paradigma da revolução verde, fundamentado para favorecer o desenvolvimento capitalista da agricultura na produção de alimentos com a base tecnológica do agronegócio, tem causado danos ambientais, o esgotamento dos bens naturais e conseqüentemente a excessiva liberação de contaminantes no meio ambiente. Corroboramos com a compreensão de Petersen apud Feistauer et al (2014, p. 750) que:

(...) esse tipo de sistema de produção, além de demandar pressão para a abertura de áreas cada vez maiores de floresta para o aumento das áreas agrícolas (desflorestamento), produz extensas áreas degradadas, perda de biodiversidade, queimadas e degradação dos recursos hídricos. Portanto, torna-se cada vez mais importante analisar sistemas de produção e uso da terra com foco não apenas na preservação dos recursos florestais, mas também

voltados para a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos agroecossistemas em consonância com a aplicação da legislação ambiental, especialmente a partir da análise do novo Código Florestal Brasileiro (CFB), vigente a partir de maio de 2012 (BRASIL, 2012). O estudo de questões dessa natureza favorece a elaboração de estratégias de abordagens, técnicas científicas, políticas públicas e desenvolvimento de sistemas de produção agrícolas multifuncionais e diferenciados, que visam conciliar a agricultura às questões ambientais.

De acordo com os autores, podemos afirmar que as relações de exploração dos recursos naturais e do trabalho no sistema capitalista têm gerado consequências irreversíveis na sociedade, na saúde humana, ambiental, biológica e alimentar, alterando os ecossistemas surgindo então a necessidade de preservar os agroecossistemas como forma de amenizar os efeitos degradantes já provocados pelo ser humano, conciliando agricultura buscando estratégias e políticas públicas de desenvolvimento sustentável, de respeito aos bens comuns naturais.

Ao analisar as relações de trabalho capitalista desde a revolução verde, nos remetemos a uma discussão ainda viva nos dias atuais, um debate oportuno sobre as diferentes facetas do sistema capitalista. Conforme Hacon e Quitana (2011, p. 428-429):

[...] no plano econômico, o próprio capital se incumbem de transformar a degradação ambiental em novos mercados, isto é, em novos campos de acumulação, por exemplo, o mercado de carbono. No plano político, o capital encontra facilmente uma maneira de transferir para grupos sociais e Estados nacionais mais fracos, os chamados “países do Sul”, o ônus do processo produtivo, sem que de fato este se torne uma ameaça real à própria reprodução do capital, uma vez que este é direcionado a grupos sociais marginalizados e Estados nacionais dependentes.

Para os autores, embora as contradições do capital se repousam em mecanismos de criação e extração da mais valia, criando novos mercados e novos campos de acumulação, oportuniza problematizar outra forma de exploração do capital que não pelo agronegócio de tradição agrícola, mas por parte dos grandes empreendimentos das mineradoras que visam, por exemplo, a exploração do minério ouro, o que não diferencia suas formas de degradar e provocar impactos ambientais e humanos.

No assentamento Belo Monte, o capitalismo está representado pelas mineradoras que estão se inserindo, se infiltrando para parasitar os recursos naturais. Aparece, então, as contradições. A RL delimitada como um lugar protegido em que os próprios assentados não podem utilizar dos bens naturais, as mineradoras em conjunto com um estado conivente, entram nessas áreas sem sequer pedir permissão ou ao menos informar que irão desenvolver um trabalho e qual o tipo de trabalho, como se fossem donas de todos os territórios.

Segundo Acsegrad *Apud* Oliveira (2017), os grandes empreendimentos capitalistas minerais costumam utilizar da exploração dos recursos disponíveis, deixando para trás os impactos e conflitos gerados. Nesse sentido, ocorrem:

[...] os conflitos entre população local e empresas mineradoras: “Em que condições tende a ocorrer uma reação às imposições dos grandes empreendimentos? Em geral, a posteriori, quando o mal está feito [...]”. O referido autor aponta possibilidades de antecipar essa reação impedindo a degradação do ecossistema, através de informações disponíveis sobre os riscos e impactos, na análise crítica dos projetos e modelos de desenvolvimento, bem como na busca de alternativas (OLIVEIRA 2017, p. 8).

Diante dessa situação posta, as alternativas encontradas na região pelos assentamentos Belo Monte, Nova Vida, Alto Bonito e Nova Esperança têm sido o de procurar por movimentos

e entidades para unir forças e lutar pelos seus direitos para evitar os impactos na vida social e ambiental. O minério “ouro” é o principal fator de cobiça a explorar, em uma região em que o território pertence a um complexo de quatro assentamentos vizinhos que vivem as tensões de ameaças de exploração capitalista por parte das mineradoras. São os assentamentos ameaçados: Belo Monte, Nova Esperança, Alto Bonito e Nova Vida, ambos estão há uma distância de 45 km da sede do município de Cansanção.

A mineradora que já atuava anteriormente e já tinha sede e instalações de infraestrutura próximo, mesmo antes do surgimento do assentamento Nova Esperança, teria parado a exploração na região, porém, voltou a explorar e alegou que indenizar as famílias assentadas seria a solução, pois se construiria uma outra agrovila distante da sede da mineradora. Porém, logo os problemas por parte de poeira e contaminantes das explosões se intensificaram entre as famílias assentadas, sobretudo no assentamento Nova Esperança, porém indiretamente as ameaças já se estende aos demais assentamentos.

Diante disso, o assentamento supramencionado começou a sofrer as consequências dos contaminantes das explosões para exploração do minério, assim houve expulsão dos assentados que embora lutando e resistindo tiveram que ceder. A partir daí a mineradora indenizou as famílias e alegou que, retirar as famílias seria a solução, uma expulsão configurada como “diálogo”.

Construiu-se, primeiro, uma nova agrovila e, logo depois da mudança das famílias, a antiga foi demolida, desterritorializando os assentados próximos da mineradora, causando um desenraizamento da identidade dos assentados de pertencimento de seu território de origem. Oliveira (2017, p. 14), ao tratar da ação de mineradoras junto a territórios de vida do campesinato, destaca:

[...] constata-se, enfim, que há uma desestruturação das condições materiais de existência e reprodução social. As negociações com as empresas mineradoras ocorrem em condições de desigualdade social, econômica e política, destroem-se os direitos de quem não possui uma produção capitalista. Dessa forma assiste-se a desterritorialização das famílias camponesas em nome de uma concepção industrialista de progresso, que na verdade não respeita e nem beneficia a população local (OLIVEIRA 2017, p. 14).

A separação e a desvinculação do território de vida, contribuem para a perda de identidade subjetiva das famílias, porque quebra os sentimentos de pertença e identidade. Esses assentamentos serão explorados, o que inclui Belo Monte, onde já se iniciou um processo de atuação atingindo a RL do assentamento. A contradição é que, os assentados entendem que não é permitido a exploração dessas áreas, porém, as mineradoras podem, junto com o estado e órgãos ambientais coniventes, produzir empreendimentos.

Hacon e Quintana (2011, p. 440) sustentam que:

É importante fazer menção ao papel do Estado na reconfiguração da crise econômica, pois é ele o encarregado de direcionar o ônus da degradação ecológica para as camadas mais vulneráveis da sociedade, e também de arcar com os custos do desemprego estrutural. Desta maneira, os impactos sociais da crise do trabalho e da crise ambiental são transferidos para os países mais vulneráveis econômica e politicamente mediante as relações geopolíticas de poder entre ambos. Contudo, se nestes momentos de grave crise os conflitos sociais se intensificam e tornam a vida social mais árdua, o capitalismo, por sua vez, abre espaço para o seu questionamento enquanto sistema social predominante. A emancipação social passa a rondar o horizonte, colocando a sociedade em um momento histórico crítico. (idem, 440).

Nesse sentido, podemos compreender que o Estado coloca em choque as classes sociais e potencializa conflitos territoriais, fomenta o processo de acumulação capitalista mesmo que

ocorram catástrofes e crimes ambientais, para aumentar a concentração de capital ditadas pelo mercado financeiro, colocando em ruína a sobrevivência dos grupos sociais vulneráveis vivendo as tensões da sociedade capitalista. Malheiro (2020) destaca que:

[...] em primeiro lugar, entende que se territorializar significa, como nos fala Haesbaert (2004, p. 92), “[...] criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo 'poder' sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais”, um aspecto a se ressaltar é que, nos processos de territorialização de exceção, a criação de mediações espaciais passa por dinâmicas de suspensão normativa e/ou desregulação dos sistemas normativos vigentes para a criação de uma esfera de indeterminação política que permite que o exercício do poder e a dinâmica de territorialização se realizem legalmente fora da lei (MALHEIRO, 2020. p. 19).

O argumento exposto por Malheiro conjuga com o que Grun (1996) diz, que não há ética nem política possível onde não há história como processo constitutivo que forma os padrões culturais que orientam nosso agir moral. Conforme o autor, “a modernidade é um processo de esquecimento da tradição” (p. 106). Assim, segundo Malheiro (2020), ao se constituírem pelos signos da modernidade capitalista na região, esses empreendimentos criaram, e ainda criam, zonas de indiferença, espaços tornados não existentes, territórios cujas formas de sentir, pensar e se relacionar são apagadas da cartografia funcional do (des)envolvimento (MALHEIRO, 2020. p. 3).

Em síntese, evidenciamos que o território de abrangência de diversos assentamentos no interior da Bahia, em que Belo Monte faz parte, é fonte de cobiça pelos empreendimentos minerários e está na mira dos agentes capitalistas, pois já se desenvolve pesquisas para possível sondagem. Enquanto isso, as famílias assentadas permanecem organizadas produzindo para sua auto-sustentação, mesmo sabendo dos riscos de possível exploração por parte das mineradoras.

### 3.2. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO TERRITÓRIO DO ASSENTAMENTO: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL À RESISTÊNCIA

Compreende-se que ações de conservação de uso sustentável da biodiversidade precisam acontecer de forma efetivas e, para isso, torna-se necessário cada vez mais a emergência de ações que possam conscientizar a sociedade sobre os problemas atuais causados pelos desequilíbrios ambientais por práticas depredadoras. Em meio a essa complexidade surge a Educação Ambiental (EA) como vertente da educação em que as ações e práticas educativas estão voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade ambiental.

Deste modo, pode-se dizer que experiências sociais educativas vivenciadas pelos sujeitos, tanto individual como coletivamente, podem lhes permitir compreender melhor a sua realidade sócio histórica e dela participarem enquanto atuantes e conscientes de seu papel fundamental na construção social de suas próprias identidades (FREIRE, 1994; THOMPSON, 1992).

Como incentivo externo, o programa de conservação ambiental intitulado “Bolsa Verde” no qual o assentamento Belo Monte foi contemplado, representou um passo importante na direção de reconhecer e compensar comunidades tradicionais e agricultores familiares pelos serviços ambientais que prestam à sociedade. O referido programa do Governo Federal, constitui-se de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental. Criado no âmbito do plano programa Brasil Sem Miséria, era destinado àqueles que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em reservas extrativistas, florestas nacionais, reservas federais de desenvolvimento sustentável e assentamentos ambientalmente diferenciados da reforma

agrária, executado e operacionalizado pelo ministério do meio ambiente, e no caso dos assentamentos tinha como órgão gestor o INCRA.

Instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011 – possuía como objetivos: 1) incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável); 2) promover a cidadania e melhoria das condições de vida; 3) elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e 4) incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional.

O programa teve um alcance significativo de maioria das famílias assentadas beneficiadas no PA Belo Monte, chegando a um número de 16 famílias beneficiadas, das 22 assentadas. Estas foram inseridas no programa em duas etapas, entre 2012 e 2013. O acesso a um meio ambiente equilibrado e preservado foi assumido por estas famílias como um direito humano básico. O programa concedia um valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), trimestralmente para as famílias beneficiadas, além disso sempre que cabível as famílias se integravam em outros planos ou acordos que façam referência à conservação e uso sustentável, quando estabelecidos na unidade a qual a família se vincula, a exemplo dos acordos de pesca, caça, ou de queima controlada etc.

Dentre as ações desenvolvidas pelos beneficiários do programa no assentamento para a conservação, destacam-se oficinas e reuniões para conscientização sobre a importância da conservação da fauna e flora local chamando a atenção para manutenção das matas ciliares dos rios Caraíbas e Cariacá, o que foi possível observar que estão bem preservadas em conformidade com a legislação ambiental, o que contribui significativamente para a reprodução da fauna silvestres a exemplo dos papagaios que utilizam essas áreas com árvores como as caraíbas para fazerem seus ninhos anualmente que garantem uma boa reprodução.

Observa-se a importância das APP dos rios para evitar efeitos de perturbações, no que se refere a estas áreas estarem abertas, ocorre então o estresse por parte da quantidade de animais, caprinos, ovinos e bovinos dentro dessas áreas, assim reafirmando a função da paisagem como habitat/ecossistema protegido, ressalta-se ainda a importância das discussões traçadas pelos beneficiários do programa de conservação citado, sobre lixo no assentamento, queimadas e desmatamento.

Desse modo, enfatiza-se que o fomento a políticas públicas de conscientização ambiental tem papel fundamental nas contribuições de tomada de consciência, uma vez que a EA pode oportunizar o diálogo e discussões acerca da valorização do conhecimento das comunidades às gerações futuras reforçando a necessidade de manutenção de um cenário ambiental condizente com a realidade atual. Esta valorização do conhecimento traduz a necessidade de capacitar os assentados em busca de alternativas sustentáveis ao desenvolvimento social e econômico da região.

Para Carvalho (2002), a Educação Ambiental se encontra sempre ligada intimamente ao processo social mediante o qual o homem adquire costumes, conhecimentos e valores vigentes em seu grupo e em sua época. Já segundo Reigota (1994), a prática da EA depende inicialmente da concepção das pessoas sobre meio ambiente. É necessário compreender como as pessoas pensam, aprendem e agem no meio em que vivem para então, secundariamente, iniciar-se um programa de construção de conhecimento que fomente a necessária modificação de valores e condutas pró-ambientais, de forma crítica e responsável.

De acordo com Loureiro (2004), a EA transformadora é aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira em que as alterações das atividades humanas, vinculada ao fazer educativo impliquem mudanças globais e coletivas, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais. Assim, reiteramos a importância de políticas públicas em educação ambiental que criem e deem condições para a manutenção e

proteção dos ecossistemas representados pelas APP e RL, que tem um papel de despertar a consciência da importância ecológica regional e local.

Podemos compreender, desta forma, que a Educação Ambiental vai muito além do simples conhecimento, ela está relacionada com diversos aspectos, destacando-se entre eles os políticos, econômicos e ecológicos. A relação sociedade-natureza tratada de forma sustentável pode contribuir para um desenvolvimento condizente com os valores ambientais, preocupados com o bem-estar das presentes e futuras gerações e dignos para a sobrevivência do ser humano. Segundo Diegues (1997), é por meio de estudos ecológicos junto às comunidades, que as pessoas se conscientizam sobre o prejuízo da perda de biodiversidade e a importância da conservação e do desenvolvimento sustentável para as presentes e futuras gerações. Um projeto de reforma agrária popular não pode deixar de considerar esse pressuposto.

### 3.3 A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL COMO DIMENSÃO ESTRATÉGICA DE UM PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR PARA O BRASIL

A reforma agrária popular pode ser entendida um projeto de sociedade que busca a construção de complementaridade sociedade-natureza, na direção de garantir soberania e segurança alimentar, fundamentada em implementar um plano nacional com alternativas que defendem a agroecologia como um dos princípios capazes de garantir condições de uma vida digna no campo e na cidade. Nesse projeto é assegurado que são necessárias a adoção de medidas urgentes que possam substituir padrões equivocados de formas de produção que fragilizam a relação sociedade natureza na dimensão da proteção ambiental.

Segundo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), protagonista desse novo projeto, nomeado como - Reforma Agrária Popular para o Brasil - a mobilização do povo busca a construção de um novo projeto de país e aponta para um caminho único, a implementação de um plano nacional de agroecologia, garantindo a soberania e segurança alimentar. Esse plano é dividido em 4 eixos: Terra e trabalho, produção de alimentos saudáveis, proteger a natureza, a água e a biodiversidade. A agroecologia é a ciência que leva em conta os saberes ontológicos, como a ciência emergente que restaura o equilíbrio e o saber ambiental orientando o agir moral.

Partindo desse contexto, a agroecologia busca essa relação de ser mitigadora dos processos ecológicos e do equilíbrio dessa apropriação da natureza pela sociedade, seu trabalho, e cuidado com o meio ambiente. Se difere da lógica capitalista onde não estabelece relação e sim exploração depredadora. A relação estabelecida entre dialética e agroecologia busca quebrar esse paradigma, pelos princípios dos conhecimentos preexistentes criando e recriando novas formas de experiências de sociedade, estabelecendo uma interconexão que ainda está por ser forjada a contemplar os 4 eixos propostos.

Os desafios por uma política agrária que contemple os eixos norteadores da reforma agrária popular para uma outra relação sociedade-natureza perpassam pelos dilemas descritos no presente trabalho: o sistema de produção\exploração capitalista e suas facetas; as tensões territoriais dos grandes empreendimentos capitalistas sobre as classes\grupos sociais vulneráveis; intensificação dos impactos sociais e ambientais que impossibilita a emancipação; separação e desvinculação do sentimento de pertença e identidade em nome do progresso; degradação dos ecossistemas e bens naturais comuns transformados em recursos\mercadoria e objetos passíveis de exploração; excessiva liberação de contaminantes no meio ambiente; desestruturação das condições materiais de existência e reprodução social; e o estado como fomentador dos conflitos sociais mediante as relações geopolíticas de poder. Esses dilemas postos trazem controvérsias que inviabilizam o projeto de reforma agrária popular com dimensão na proteção ambiental, na agroecologia e causa injustiças sociais.

Diante desses dilemas temos os seguintes desafios: Substituir padrões equivocados de garantir modo de vida porém não a qualquer custo, o ser humano reconhecer-se parte integrante

da natureza num entrelaçamento permanente e contínuo em constantes interações onde os seres vivos e o mundo não pode ser visto em separado, criar políticas públicas efetivas que possibilite e potencialize de fato a conservação ambiental sustentável entre a sociedade e a natureza, a educação ambiental como política pública norteadora e eficiente assumida como um direito humano básico e essencial à vida, e a agroecologia como mitigadora dos processos ecológicos e da interconexão capaz de quebrar paradigmas.

Os desafios postos neste trabalho, que incluem especificamente a conservação de áreas de APP e RL no sertão baiano direcionando ao assentamento Belo Monte, não se difere da proposta de uma reforma agrária popular que além de luta pela terra inclui que todos os bens da natureza devem ser tratados como direito de todo cidadão. Não pode ser considerado mercadoria e nem objeto de apropriação privada capitalista. Traça críticas às contradições do Estado onde, ao mesmo tempo, que concedeu ao assentamento em questão, um programa federal de conservação ambiental agora permite às mineradoras pesquisas para sondagem e consequentemente exploração na RL e\ou no assentamento como um todo.

Os dilemas e contradições nos remete ao que Macedo (2011) chamou a atenção dizendo que isso desmonta cabalmente a falsa imagem das relações cordiais e fraternas mantidas entre os donos do poder e as camadas populares subalternas, no passado e no presente. Os desafios para a construção de uma reforma agrária popular na dimensão da proteção ambiental, são de quebrar esses paradigmas com o estado e o sistema capitalista, implantando a agroecologia como a política social e ambiental capaz de dar respostas efetivas à sociedade demonstrando que as medidas de proteção da natureza e a biodiversidade, quando levadas a sérias como políticas públicas capaz de transformação de fato, nus encaminhará numa construção de sociedade e país com soberania e segurança alimentar por uma política do comum numa outra relação sociedade natureza sustentada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O percurso deste trabalho possibilitou perceber como é complexo trilhar uma outra forma de olhar os bens naturais no território, buscando superar a concepção de “recursos objeto” passível de exploração. Deixou mais evidente a relação que se estabelece entre a natureza, os pequenos agricultores assentados, os grandes projetos ou empreendimentos capitalistas privados e o estado brasileiro. Há encontros e confrontações nas formas de ocupação e uso do território.

As contradições dispostas e refletidas neste trabalho oportunizam uma busca na continuidade de caminhos que reforcem cada vez mais um entrelaçamento sustentável na relação sociedade-natureza em áreas de APP e RL em assentamentos de reforma agrária, ou ainda, na construção de um projeto de Reforma Agrária Popular para o Brasil. Nos alertam sobre a necessidade de quebrar paradigmas e substituir padrões equivocados, os desafios que precisam ser enfrentados para criar um modo de vida em cooperação e não competição na relação e formas de produção, implementando políticas públicas que garantam condições de vida e conservação da biodiversidade no bioma caatinga no sertão baiano.

Para além das indagações deste trabalho e a complexidade posta na questão ambiental, continua aberta as possibilidades de ampliar investigações sobre as questões relacionadas a possíveis ameaças das mineradoras dentro da RL do assentamento e possivelmente no assentamento como um todo, pois quais serão as reais tensões a serem enfrentadas? Essas contradições para conservação ambiental serão aprofundadas ou vencidas? Qual será a capacidade de mobilização dos assentados em defesa de seus territórios de vida frente às ameaças das mineradoras? São indagações que deixamos abertas à outras/novas investigações.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, **DECRETO Nº 7.572, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7572.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7572.htm). Acesso em: 31 de julho de 2017.

BRASIL, **LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm). Acesso em: 31 de julho de 2017.

CAMPAGNOLO, Karla. MIOLA, Alessandro Carvalho. SILVA, Regis Leandro Lopes da. SILVEIRA, Geraldo Lopes da. **ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE UM RIO E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA.** Ciência Florestal, Santa Maria, v. 27, n. 3, p. 831-842, jul.-set., 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia e extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: MDA\SAF\DATATER, 2007.

CARVALHO, V. S. **Educação Ambiental e Desenvolvimento comunitário.** Rio de Janeiro: WAK, 2002.

CIOCCA, Maria de Lourdes Santorio. KOZIOSKI, Gilberto Vilmar. **ENERGIA E SUSTENTABILIDADE EM AGROECOSSISTEMAS.** Ciência Rural, Santa Maria/RS, v. 30, n.4, p.737-745. 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais.** São Paulo: Cortez, 1997.

FEISTAUER, Diogo. LOVATO, Paulo Emílio. RESENDE, Sidivan Aparecido. SIMINSKI, Alexandre. **IMPACTOS DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL NA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES.** Ciência Florestal, Santa Maria, v. 24, n. 3, p. 749-757, jul.-set., 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente.** São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: A conexão necessária.** Campinas\SP: Papirus, 2012.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: A conexão necessária.** Campinas/SP: Papirus, 1996.

GOULD, Larissa. **Ponto a ponto: conheça o plano de Reforma Agrária Popular defendido pelo MST.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/15/ponto-a-ponto-conheca-o-plano-de-reforma-agraria-popular-defendido-pelo-mst>. Acesso em: 25\02\2021.

HACON, Vanessa. QUINTANA, Ana Carolina. **O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental.** O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26 – 2011.

LOPES, Débora Nogueira; LOPES, Rachel Nogueira de Sousa. **Levantamento do projeto de assentamento de reforma agrária Planalto do Retiro**. Touros/RN. Revista Espacios, Vol. 39 (Nº 37) Ano 2018.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajétoria e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez. 2004.

LISBOA, Cassiano Pamplona. KINDEL, Eunice Aita Isaia. **Educação Ambiental: da teoria à prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MALHEIRO, Bruno Cezar. **Mineração e territorialização de exceção na Amazônia: a geografia em ruínas dos Grandes Projetos**. Marabá\PA: Boletim Goiano de Geografia 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al(org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis; Vozes; 2007.

MACEDO José Rivair. **Belo Monte: uma história da guerra de canudos**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARÇAL JÚNIOR, Oswaldo. MAYWALD, Paula Guardenho. **Estrutura de Áreas protegidas dos assentamentos de reforma agrária no município de Uberlândia-MG, Brasil: um estudo de ecologia de paisagem**. Soc. & Nat., Uberlândia/MG, 25 (1): 75-90, jan/abr/2013.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de. **(ENTRE)LINHAS DE UMA PESQUISA: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica**. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 2, nº 4, 2014.

OLIVEIRA, Lucilene Martins. **MINERAÇÃO E ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA: Conflitos, território e (des)envolvimento no município de Conceição do Araguaia-Pará**. Araguaia\PA: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2017.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense. 1994.

ROSSETO, Elisabeth. A Contribuição do pensamento de Maturana para a educação. Disponível em: <http://e-revsta.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewFile/4049/4063>. Acesso em: 31 de julho de 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comuns**. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

RIOS, Sadraque Oliveira. COSTA, Jean Mario Araújo. MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. **A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa**. Discursos fotográficos, Londrina, v.12, n.20, p.98-120, jan./jul. 2016.